

# alicerce

da juventude socialista



Nº 32

De 11/11/83 a 18/11/83

Cr\$ 150,00

## ELEIÇÕES DIRETAS SEM FOME NEM GENERAIS

### No ABC, greve contra o 2065

No mesmo dia da aprovação do decreto-lei 2065 no Congresso, com o consentimento dos partidos de oposição burgueses, os operários da Ford, em São Bernardo do Campo, entravam em greve. Na 5ª-feira o movimento se estendeu às outras montadoras. Os metalúrgicos do ABC reivindicam simplesmente um reajuste igual à inflação, negando tanto o 2045, que as montadoras quiseram aplicar, como o 2065, que foi "oferecido" durante as negociações. Os metalúrgicos do ABC já demonstraram o seu papel de vanguarda nas greves desde 78. Em julho deste ano, foi novamente a greve desta categoria (ao lado dos petroleiros de Paulínia e Mataripe) que abriu as portas para o grande ensaio de Greve Geral que foi o dia 21. E agora, uma vez mais, os metalúrgicos do ABC assumem a vanguarda do repúdio ao 2045 e 2065, este último tão vaselinado pelas oposições (PMDB, PDT e PTB) que acabou se oficializando.

#### **Esta não é uma greve isolada contra problemas específicos.**

Os sapateiros de Novo Hamburgo acabaram de fazer uma greve vitoriosa pelos mesmos motivos. E na assembléia de 4ª-feira em São Bernardo estavam presentes representantes da comissão da fábrica da Ford do Ipiranga, São Paulo. Na verdade, os grevistas mostram o grau de revolta das massas trabalhadoras contra o arrocho e contra este governo. Esta é a primeira resposta ao 2065. Como tal, ela necessita estender-se. Estender-se para garantir mais forças pela nossa luta, pela ampliação da greve. Ampliação a todas as categorias que são atingidas ainda pelo 2045, já rejeitado pelo Congresso, como chamou Vicentinho, diretor cassado do sindicato e da CUT do ABC.

Esta luta deve se limitar a ser uma greve restrita a uma só categoria? Ou é possível que ela repita a evolução da greve dos dias 6 e 7 de julho para o ensaio de 21 de julho? Pensamos que a segunda resposta só pode ser afirmativa. Ampliar a atual greve dos metalúrgicos do ABC, ligando-a à preparação da Greve Geral, é mais que uma possibilidade. É uma necessidade urgente que a direção da CUT, reunida agora, a 12 e 13 de novembro, deve responder através da marcação de...

## Uma nova data para a GREVE GERAL



# É o seguinte:

"Estou escrevendo esta carta para comunicar um processo de repressão que se abateu sobre mim e alguns companheiros. No dia 22 de outubro, às 2 horas, eu e mais dois delegados que participamos do CONCLAT saímos para pichar sobre a Greve Geral, na Vila Industrial da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, fábrica esta responsável pela produção de 30% do alumínio consumido no país e com cerca de 5 mil operários dos quais eu fazia parte.

Após algumas pichações fomos presos em flagrante, algemados e espancados. Levaram-nos para a delegacia, proibindo-nos de nos comunicarmos com algum advogado ou qualquer outra pessoa. De lá fomos deslocados para a delegacia regional de São Roque e colocados para "dormir" no pátio da prisão. Ao amanhecer fomos colocados com mais duas pessoas na cela forte, que é um quartinho de 1 x 2m, onde permanecemos mais de duas horas. A partir daí levaram-nos para a delegacia de Mairinque, onde foi elaborada a ocorrência, e soltos após ficarmos mais de 12 horas detidos, sem poder comunicar-nos e sendo deslocados de uma delegacia para outra.

Além dessa medida de repressão, que é utilizar a polícia para defender seus interesses, os patrões da CBA me demitiram.

Mas isso só faz reforçar ainda mais a nossa luta, pois sabemos que a justiça, a garantia de emprego e a liberdade só virão com a derrubada do regime militar e quando tivermos um Brasil socialista numa América socialista." (Capucho - Sorocaba)

## "ABAIXO A REPRESSÃO"

"É com grande mágoa no coração que lhes escrevemos. O nosso ódio contra a ditadura militar deve ser revigorado sempre, para podermos combater os ataques de seus agentes. Deste modo, as nossas ações devem ser cada vez mais audaciosas em virtude de agressão destes imperialistas.

Aqui no Piauí, durante uma manifestação de estudantes e trabalhadores no Centro de Teresina (26/10), fomos violentamente reprimidos pelo DOPS. Estes agentes atacaram os companheiros Sá Batista e Adelino, e através de agressões físicas nos forçaram a lhes entregar todos os jornais Alicerce, roubando também as nossas faixas e ainda nos ameaçando com um mandato de prisão. (...)

Contudo, apesar da enorme repressão que estamos sofrendo, persistimos firmes no nosso propósito, temos confiança que a vitória final será a derrocada da ditadura militar e seus comparsas. Pedimos aos companheiros socialistas que denunciem essa atitude de banditismo dos agentes do Departamento de Ordem Político-Social. Pedimos também a solidariedade e união de



todos contra a repressão." Saudações Socialistas - Alicerce - PI

Esses dois ataques covardes a companheiros do Alicerce, denunciados nestas cartas, somam-se à ameaça de condenação, com base na LSN, que pesa sobre os 8 companheiros de Alicerce em Belém do Pará e que se estende a inúmeros outros companheiros, militantes operários, estudantes, jornalistas, como Juvêncio Mazzarollo, hoje preso e em greve de fome em Curitiba; os posseiros e padres franceses de São Félix do Araguaia; Cláudio Campos, editor do jornal Hora do Povo e vários companheiros dos jornais Tribuna da Luta Operária e Voz da Unidade.

Esta é a mesma violência da ditadura militar que se abate sobre os trabalhadores em luta, que intervem nos nossos sindicatos e que cassam os dirigentes que elegemos. Essa violência tem que ser combatida e destruída. Alicerce da Juventude Socialista não só se solidariza incondicionalmente a todos os companheiros atingidos pela repressão do regime, como chama todos os partidos e organizações democráticas, ao PT, à CUT, às organizações operárias, populares e estudantis a nos somarmos numa campanha mobilizadora pela revogação imediata da LSN, pelo fim de todos os processos, prisões e agressões políticas, pela desativação do aparato repressivo.

Nos escreveram ainda: Ivonildo de Salvador (BA); Antonio, Kakau e companheiros professores de Belo Horizonte (MG); Cesário de João Lisboa (MA); Zé Augusto e Carlos do Rio Grande do Sul; Willian e JR de Recife (PE); André e Rose do Rio de Janeiro; Cicero de São Miguel dos Campos (AL); Luis César de Florianópolis (SC); Adilson (Mogi das Cruzes), Alunos do Colégio "Salvador Mória" (Jabaquara), Aninha, Sérgio Paschoal, Charles, Rita e André (ABC), Bê (Araraquara), Marco (Campinas) e companheiros do Ipiranga, todos de São Paulo.

Continuem escrevendo para a Rua Maestro Cardim, 1048 - São Paulo - SP - CEP 01323.



Granada

# O tempo necessário para a contra revolução

"Tem-se absoluta certeza de que as tropas norte-americanas e dos seus aliados no Caribe não permanecerão na ilha de Granada um minuto a mais do que a situação exige", proclamava o jornal O Estado de São Paulo em 26/11, em editorial apoiando a invasão ianque da véspera. Naquele momento, "a situação exigia" a presença de dois mil marines para garantir a segurança dos americanos na ilha, segundo a versão oficial.

Com a inesperada resistência da população, "a situação" logo "exigiu" um rápido aumento no número de soldados ianques, que chegaram a quase 7 mil. Uma semana depois, o Pentágono anunciou triunfalmente o início da retirada de suas tropas. Só que três mil soldados ianques — mil a mais que o número inicial — ficam em Granada.

Claro que não é para garantir a segurança dos estudantes norte-americanos, nem para impedir uma suposta escalada cubano-soviética, com base no aeroporto civil que estava sendo construído por um consórcio britânico. Essas desculpas de Reagan são só para inglês ver — e os ingleses viram e engoliram. E os ianques, mais que depressa, ressuscitaram o colonial governo geral "britânico" na ilha, obtendo uma fachada ideal para a execução das ordens genocidas de Reagan. Esse governo fantoche de Paul Scoon expulsou imediatamente os diplomatas soviéticos, líbios e outros "indesejáveis".

Na verdade, a "situação" que "exige" a permanência das tropas ianques é a necessidade que o

imperialismo tem de conter o ascenso revolucionário que se manifesta, com intensidades diferentes, em toda a América Central e Caribe.

Assim, a brutal invasão ianque a Granada cumpre um duplo objetivo. Por um lado, o de esmagar a revolução granadina, que se expressava em mobilizações de mais de 20 mil pessoas (um quinto da população). Por outro lado, o de firmar a presença militar do imperialismo na região, apontando em primeiro lugar contra Nicarágua e Cuba.

A provável instalação de uma base militar ianque em Granada está ligada ao ressurgimento do Condeca (comando militar conjunto dos governos de Honduras, Guatemala, El Salvador), à reativação da sinistra "Escola das Américas" que já formou nos anos 70, os oficiais torturadores chilenos, argentinos e brasileiros, ao enorme aumento das tropas e recursos do Comando Sul dos EUA, baseado no Panamá. Tudo isso significa a vontade de fazer com que os países da América Central e do Caribe voltem à situação de "banana republics", meras colônias submetidas aos monopólios ianques.

Por isso nós, socialistas, repudiamos com todas as forças essa intervenção. Exigimos do governo brasileiro o rompimento imediato de relações diplomáticas e de todos os acordos militares com os EUA (como o que prevê a instalação de uma base ianque em Trindade). Exigimos a imediata retirada dos ianques da América Central e do Caribe!

## Assine Alicerce

Nome \_\_\_\_\_  
 Rua \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Profissão \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Para receber Alicerce todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 3.600,00 (normal) ou Cr\$ 6.000,00 (solidária). Envie para ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048 - 01323 — S. Paulo - SP.



Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 289.1663. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no Sº Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorua's.

## Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços:

Amazonas — Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5 - Centro

Pará - Belém - R. Rui Barbosa, casa 4 - Vila ABC

Maranhão - Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro

Pernambuco

Oitinda - Vila Marluce, 44 - Terminal de São Benedito Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)

Minas Gerais

Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esq. com R. Olinto Meireles)

Belo Horizonte/Centro - R. Curitiba, 778 - sala 805 Contagem - Av. João César Oliveira, 3041-B - 2º andar São João Del Rey - R. Mateus Salomé, 22 - sala 3 - Centro

Mato Grosso do Sul

Campo Grande - R. Antonio Maria Coelho, 2301 - casa 5 - Centro

Distrito Federal - Brasília - Edifício Márcia, sala 809 - SCS

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro/Centro - Av. Marechal Floriano, 167 - 2º andar

Rio de Janeiro/Méier - R. Joaquim Méier, 600

Rio de Janeiro/Tijuca - R. Pereira Nunes, 129 - casa 1

Niterói - R. XV de Novembro, 106 - sala 4

Volta Redonda - Rua 208, nº 207

Duque de Caxias - Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

Rio Grande do Sul

Porto Alegre - R. Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim Passo Fundo - R. Independência, 640 São Leopoldo - Av. Bento Gonçalves, 1431 Santa Maria - R. Dona Luiza, 570 - subsolo

São Paulo

Campinas - R. Barão de Jaguará, 1385 - Centro Santos - Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco São Carlos - Rua Episcopal, 1983 São José dos Campos - Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2 Ribeirão Preto - R. Prudente de Moraes, 791 - Centro

Grande São Paulo

Guarulhos - R. João Gonçalves, 468 - Centro Mauá - R. Barão de Mauá, 497 - sala 26 Osasco - R. Dona Primitiva Vianco, 739 - 1º andar - sala 1 - Centro Santo André/Centro - R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com R. Sto André) Santo André/Parque das Nações - Travessa Tebas, 36 São Caetano do Sul - R. Paraíba, 467 - Centro Diadema - R. N. Sra das Vitórias, 200

São Paulo/Capital

Santana - R. Voluntários da Pátria, 1617 Freguesia do Ó - R. Marapinima, 41 Lapa - R. 12 de Outubro, 325 - sala 9 Liberdade - R. Santa Madalena, 22 Santo Amaro - R. Cel. Luiz Barroso, 240 Ipiranga - R. Cisplatina, 849 Cidade Ademar - Av. Cupecê, 3397 - sala 2



O imperialismo prepara sua maior ofensiva contra o Líbano

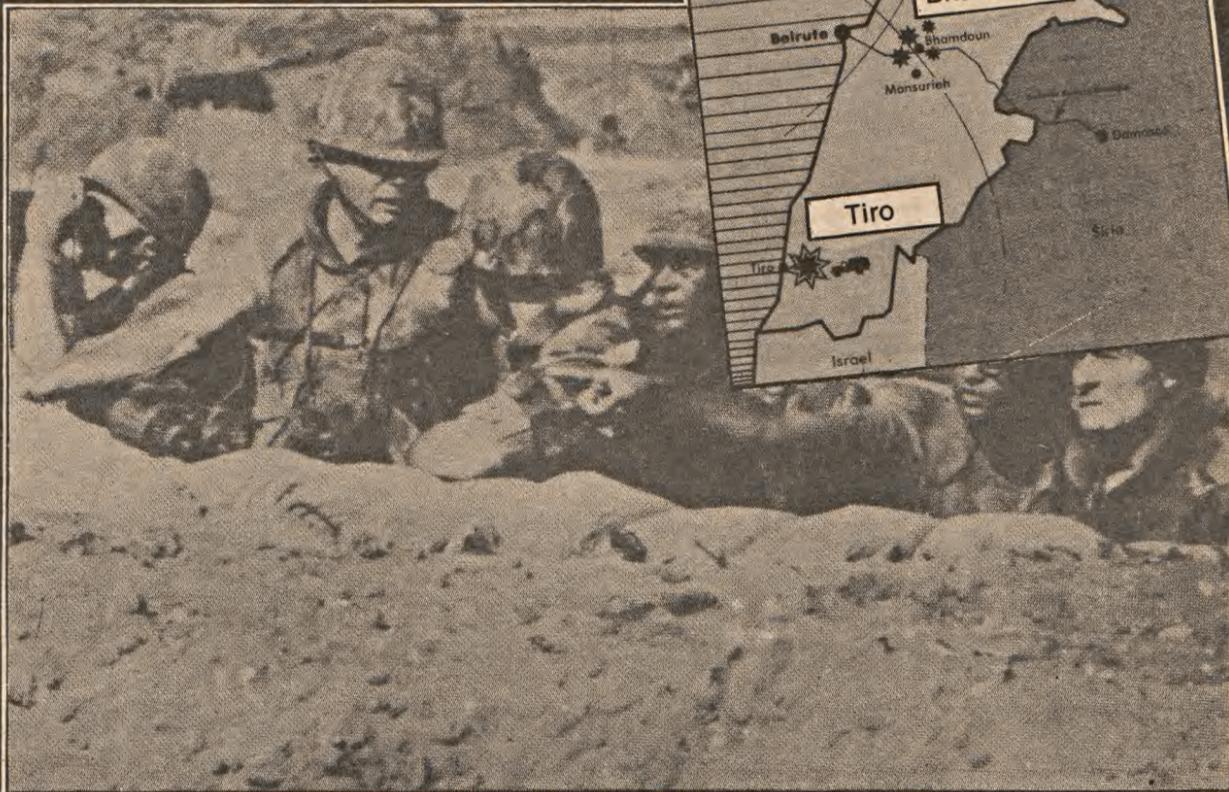
# MAIS DO QUE NUNCA RESISTIR É PRECISO

Na semana passada, a conferência de reconciliação nacional libanesa, reunida em Genebra (Suíça), começou por afirmar a "identidade nacional" do Líbano. Entretanto, nada menos que 80% do território libanês está ocupado por tropas estrangeiras. A maior parte dele está dividida entre Israel e Síria, cada qual procurando reforçar suas posições. E, sob o disfarce de força internacional de "paz", os EUA, França, Itália e Inglaterra ocupam diretamente Beirute, substituindo Israel e garantindo com suas armas a manutenção do governo fantoche do fascista Amin Gemayel.

A partir do dia 3 deste mês, um enorme contingente de tropas sírias, líbias e de grupos palestinos (inclusive os rebeldes da *Fatah*) desfechou um feroz ataque contra os últimos redutos dos combatentes palestinos leais a Yasser Arafat, concentrados em dois campos de refugiados perto de Trípoli, no norte do Líbano. Depois de cinco dias de bombardeio quase ininterrupto, a agência Efe calculava o número de vítimas em cerca de mil mortos (em sua maioria civis) e perto de três mil feridos! Os atacantes ocuparam o campo de Nahr Bared. No momento em que escrevemos este artigo, Arafat, sem condições de sustentar o cerco ao campo de Badauí, ameaçava levar a luta para as ruas de Trípoli (a segunda maior cidade do Líbano, com cerca de 500 mil habitantes).

A acusação de "conciliadora" que os rebeldes fazem à direção de Arafat tem boa dose de verdade. Porém, escudada nessa acusação, o que a Síria está promovendo é a quebra da unidade palestina (a OLP) e sua destruição de fato. "A causa palestina não depende de nenhuma pessoa, declarou o presidente sírio Hafez Assad. Nós fazemos uma distinção entre a causa palestina e os indivíduos." Com essa "distinção", as burguesias árabes utilizam a "causa palestina" para efeitos de retórica — e tratam de matar os "indivíduos", isto é, os combatentes palestinos que constituem uma ameaça com seu potencial revolucionário.

No dia 4/11, em imediata represália ao atentado suicida que destruiu seu centro de segurança em Tiro, no sul do Líbano, Israel lançou um violento bombardeio sobre as posições drusas no Chuf, perto de Beirute. Ao mesmo tempo, foram intensificadas as medidas repressivas na região



ocupada pelo exército sionista, que inclusive bloqueou as pontes sobre o rio Auali, cortando a ligação com o resto do país. Mas Israel e seu mandante, os EUA, parecem não se contentar com isso.

Por isso o porta-aviões *Independence* deixa Granada para se juntar à frota americana de 29 navios de guerra e mais de 250 aviões, que se aproxima do Líbano.

No imenso campo de batalha em que se transformou o Líbano, o imperialismo busca bloquear e destruir a revolução palestina, antecâmara da revolução em todos os países árabes, a começar do próprio Líbano.

Na verdade, a invasão sionista e imperialista ao

Líbano não conseguiu atingir seus objetivos de esmagar a resistência dos palestinos e drusos. Pelo contrário, envolveu as tropas invasoras numa luta interminável, em que se cruzam o combate revolucionário contra o imperialismo e as burguesias árabes, e as dissensões entre estas. E por isso que o imperialismo ameaça com a intervenção direta, que a Síria se lança ao extermínio dos combatentes palestinos.

Por isso, a posição dos socialistas é pela imediata retirada de todas as forças de ocupação do Líbano e pela saída das tropas do imperialismo. Pelo fim do massacre aos palestinos que está sendo promovido pela Síria. Pela unidade da luta dos palestinos e da revolução árabe!

## Alfonsín não vai cumprir suas promessas

A subida dos radicais ao governo argentino, através de uma ampla vitória eleitoral, gerou uma intensa expectativa. Alfonsín vai cumprir as promessas feitas em campanha? Vai reduzir o peso asfixiante da dívida externa, vai investigar a fundo a questão dos desaparecidos e punir os culpados? Ao mesmo tempo, as dúvidas se multiplicam. Por que o peronismo foi derrotado?

### Velhos partidos

O que complica o entendimento dos últimos resultados eleitorais na Argentina é que o voto nos dois grandes partidos teve um significado bastante diferente do que acontecia tradicionalmente.

Quando surgiu no fim do ano passado, e especialmente após a eleição de Yrigoiem em 1921, a União Cívica Radical expressava o liberalismo da classe média em ascensão. Com o tempo, porém, tornou-se verdadeiro porta-voz da burguesia ligada aos EUA. Nas eleições de 1946, a UCR contou com um apoio tão aberto do embaixador yanque Braden que a opção era: *Braden ou Perón*. Nessa época, nenhum trabalhador argentino tinha dúvidas sobre o que significava ser radical: pró-imperialista e anti-operário. Numa palavra: gorila.

Em troca, o peronismo significava a resistência nacionalista, mesmo que

tímida, contra o imperialismo. E o governo de Perón representou a época das maiores conquistas econômicas e sindicais do movimento de massas.

Hoje, a crise do capitalismo semicolonial argentino (dentro do quadro de crise global do imperialismo) impede qualquer governo burguês de fazer tais concessões aos trabalhadores. Mais ainda: obriga qualquer governo burguês a reduzir o nível de vida da população. Os ataques às conquistas históricas dos trabalhadores foram iniciados exatamente no último governo peronista, o de Isabelita (1973-75), que começou a montar o aparelho de repressão para impor os planos de arrocho do ministro Rodrigo.

Além disso, o peronismo constituía uma frente única de correntes políticas e sindicais heterogêneas: desde caudilhos burgueses provinciais até ativistas operários, passando por burocratas sindicais e correntes pequeno-burguesas ultraesquerdistas e ultradireitistas. Acima de todos, Perón. Morto Perón, quem pode tomar seu lugar? Não Isabel, odiada pelas massas; não um político insosso como Luder... Esmagando as tendências minoritárias, o "novo" partido Justicialista é muito parecido com a "velha" UCR: um grande aparelho dominado pelos chefes políticos locais.

E que chefes políticos! Homens ligados à corrupção e ao crime, membros de grupos

paramilitares como a sinistra "Triple A", responsável por incontáveis assassinatos. Por tudo isso, o peronismo perde a confiança das massas. No impulso da luta democrática, os trabalhadores argentinos rejeitam esses velhos políticos peronistas intimamente ligados à ditadura militar.

### Novas máscaras

O partido radical soube captar esse sentimento popular. Beneficou-se do fato de não aparecer vinculado ao arbítrio e à repressão. E colheu os votos dos operários e dos jovens desiludidos com o peronismo.

Com esse grande respaldo, o plano de Alfonsín é negociar com o imperialismo melhores condições para o pagamento da dívida externa. E promete que, saindo do sufoco dos pagamentos aos credores estrangeiros, vai melhorar as condições de vida para todos. São belas promessas. Mas não vão ser cumpridas, por uma razão muito simples: porque a crise econômica mundial já não permite essas concessões. Mesmo fazendo bons acordos com o imperialismo, Alfonsín vai jogar a conta para os trabalhadores pagarem.

As massas perceberam que o peronismo já não é capaz de repetir as concessões de quarenta anos atrás. O elo com o radicalismo é mais frágil ainda: meras promessas de campanha eleitoral. Não vai demorar muito até que a velha cara de

gorila apareça por trás da máscara "democrática" de Alfonsín.

### Uma tentativa socialista

Por isso foi importante a atuação do MAS nesse último período. Por rejeitar o falso dilema da escolha entre radicalismo e peronismo. Por mostrar que esses dois grandes, e tantos dos "pequenos" partidos, tinham na verdade o mesmo programa: pagar a dívida externa e, por aí, continuar atados ao imperialismo, explorando os trabalhadores com planos de miséria e de fome.

O MAS fez essas denúncias e levantou um programa claramente socialista em toda a Argentina, através de seus cem mil jornais e, sobretudo, através dos debates democráticos em suas 600 sedes espalhadas por todo o país, principalmente nos bairros operários. Nos *locales* do MAS começou a ser construída uma verdadeira alternativa, que será conquistada nas lutas do proletariado. Para o MAS, a única garantia de uma Argentina "sem generais" é uma Argentina "sem capitalistas".





militares

## crise no coração do regime

Os generais brasileiros estão no poder há 20 anos, fazendo da sua ditadura uma das mais velhas do mundo. A burguesia se utiliza dos golpes militares nos momentos críticos, quando o ascenso dos trabalhadores coloca em risco a sua dominação e nem mesmo os canais da democracia burguesa (como as eleições diretas) conseguem canalizar a crise econômica e o desenvolvimento político dos trabalhadores. Por isso os patrões começaram a se dividir, pois a crise e o ascenso das lutas provocam choques de interesses, ou seja, gera divisões em torno de propostas que garantam os lucros de cada grupo. Esta divisão também atingiu as Forças Armadas, levando-as ao mesmo processo, com um ritmo mais lento, mas que com seu aprofundamento, poderá levar a crise política aos níveis da Argentina.

### Os "castelistas" e os "medicistas"

Muitas vezes, quando lemos nos jornais notícias sobre os militares, ouvimos referências a estes dois grupos ou facções das Forças Armadas. Mas quem que são e o que querem? Os "castelistas" surgem originariamente no seio da FEB (a força expedicionária que foi a Itália na 2ª Guerra Mundial). A ação conjunta da FEB com as FFAA dos EUA permitiu a consolidação de vínculos ideológicos e de interesses muito profundos ao imperialismo ianque que se solidificou à medida em que este passa a ser o imperialismo dominante no país. Este grupo se consolida a partir da iniciativa do general Golberri do Couto e Silva de criar a Escola Superior de Guerra que, desde o seu início contou com o apoio americano, tanto na organização como na elaboração ideológica. A LSN, por exemplo, é produto desta "cooperação". No campo político, os "castelistas" se achavam dentro da extinta União Democrática Nacional (UDN), adotando uma postura liberal, mas condicionando sempre o resultado das urnas à sua própria vontade e interesses (apesar desta posição jamais ter ganho uma única eleição presidencial no país). Dentro do Exército, os "castelistas" sempre estiveram ligados à engenharia, o que lhes conferia o "status" de serem militares mais cultos e formados que os generais da tropa (Costa e Silva, Médici). Os mais famosos representantes desta ala são Castelo Branco, Geisel e Golberri. A base social que os sustenta, além do imperialismo, são principalmente os grandes burgueses da indústria de bens de capital (Bardela, Villares, setores petroquímicos). Já os "medicistas" são produto dos organismos da repressão política e da tortura, identificando-se ideologicamente com a extrema direita. Sua base social, a exemplo dos "castelistas", também está alicerçada no imperialismo e, no nível interno, nos setores burgueses que se beneficiaram diretamente do "milagre", como a construção civil e o capital financeiro especulativo. Figueiredo é o resultado de um acordo entre as duas camarilhas. Sua trajetória o liga aos dois setores. Cresceu à sombra do SNI, sendo no governo Médici chefe do gabinete militar e, no governo Geisel, chefe geral do próprio SNI.

### A atual crise militar

O acordo que originou a candidatura de Figueiredo acertava a tentativa de institucionalizar o regime militar. Isto significava a retirada de algumas medidas de exceção, como o AI-5, com o objetivo de dar uma fachada mais democrática à ditadura, mantendo, porém, os mecanismos de repressão. Este era o projeto inicial, mas o agravamento da crise econômica e as greves operárias de 78 a 80 obrigaram Figueiredo a mudar os ritmos e a amplitude que desejava dar à "abertura". Teve que fazer um

número maior de concessões democráticas. Em contrapartida, Figueiredo foi se ligando cada vez mais ao setor "medicista", fato que o levou, no meio do seu mandato, a mudar radicalmente o setor principal do ministério. Simonsen foi substituído por Delim no Planejamento, Golberri foi substituído por Leitão de Abreu, reconstituindo assim o núcleo central do governo Médici. Esta maior ligação com os "medicistas" aproximou Figueiredo do SNI. Este organismo, desde o governo Médici, adquiriu dimensões anormais (calcula-se que nesta época o SNI possuía 250 mil funcionários efetivos, aos quais se ligava uma rede de pessoas por diversos órgãos, que atingia um milhão de colaboradores) e, pelo papel que cumpria (espionagem, dedução, tortura), estreitou laços com os setores mais corruptos e especuladores da burguesia (CAPEM) e o caso Baumgarten são apenas dois exemplos pálidos desses envolvimento). Figueiredo, dessa forma, com o avanço da crise econômica, dos enfrentamentos interburgueses e do ascenso, amplia a "abertura", mas se isola cada vez mais dentro do grupo medicista e na "comunidade de informações". Esta passagem retira a Figueiredo o caráter de árbitro das várias facções burguesas e das FFAA, para assumir cada vez mais o papel de líder de um destes setores. Com esta transformação, a tentativa de Figueiredo, em conjunto com o general Otávio Medeiros (atual chefe do SNI), de manter o grupo no poder por meio da candidatura do medicista Andreazza, encontrou sérias resistências. Esta situação aumenta o isolamento do governo. Este isolamento avança na medida que Figueiredo entra em choque com os interesses das FFAA que, neste momento estão ligados aos setores da burguesia industrial produtora de armas. Significativo também é o enfrentamento com os generais reformados das burocracias estatais, que reagem cada vez mais aos "medicistas" no governo por serem aplicadores intransigentes da política do FMI (os decretos das estatais os atingiram). Esta composição faz com que os ministros Maximiano da Fonseca (Marinha) e Délio Jardim de Matos (Aeronáutica) passem a defender interesses e políticas mais próximas de Aureliano Chaves (ligado originalmente ao grupo "castelista"), ao mesmo tempo que os ataques públicos se acentuam (Relatório Saraiiva, prisões de generais, denúncias de corrupção, etc.). Consequentemente o grupo "medicista" no poder não consegue passar a candidatura Andreazza nem entre as FFAA, com o próprio PDS (onde Maluf predomina), como também não ganha a simpatia da burguesia, que se alinha mais a Aureliano.

### Eleições diretas com os militares?

O enfraquecimento de Figueiredo significava na realidade a impossibilidade de passar o seu plano econômico e também a perda do controle da sucessão presidencial. Não restava a Figueiredo senão a alternativa de mudar de rumo através de um recuo, após as sucessivas derrotas no Congresso Nacional. É nesta perspectiva que surge a proposta de eleições diretas. Porém estas jamais seriam livres, pois na verdade a proposta de diretas que nasce de Figueiredo está condicionada pela permanência das Forças Armadas como poder moderador, permitindo aos militares darem a última palavra, inclusive sobre que candidatos seriam aceitos ou não pelo comando militar. Mas acima de tudo a proposta de eleições diretas é o grande trunfo com o qual Figueiredo procura retomar o papel de árbitro e concluir, com os partidos e governos de oposição, um grande acordo de conciliação nacional, invertendo a atual tendência de aprofundamento das divisões interburguesas e das FFAA. Isto garantiria a aplicação dos planos de arrocho como restauraria as forças do regime.

Mas eleições diretas com os militares é o que nós queremos? Eleições onde os trabalhadores não podem se expressar e organizar livremente? Eleições marcadas pelos generais para garantir a continuidade dos planos de arrocho? O que queremos é que os generais e seus "gorilas" voltem mesmo para os quartéis. Que as eleições sejam livres e diretas com os aparatos repressivos destruídos. Não aceitamos menos do que isso e para isso estamos dispostos a ir à Greve Geral.



Na verdade, os dois fatos decorrem de uma única origem: reconhecendo sua crise, sabendo de sua falta de condições para aplicar sozinho a política do FMI e para impor o seu próprio candidato à sucessão presidencial, o governo Figueiredo chamou as oposições ao diálogo, à negociação, **acendendo com eleições diretas em troca da manutenção da política econômica e do poder decisório dos militares.** As oposições, por seu lado, acodem ao chamado, dispostas a negociar em nossos salários e a se converterem em co-responsáveis na aplicação do arrocho. Por isso aprovaram o 2065 e por isso também o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, hoje admite sentar à mesa com o ministro Leitão de Abreu, munido de um plano de "salvação nacional, acima dos partidos", que se sequer toca no arrocho e que "deverá durar até a eleição direta do próximo presidente da República". Ou seja, existe um grande acordo nacional em preparação que aponta para as eleições diretas como uma das saídas mais prováveis para a manutenção do arrocho e do regime. Para compreendermos melhor esse quadro, devemos relembrar alguns fatos do passado recente.

### A greve do dia 21 e a crise do governo

A greve do dia 21 de julho sacudiu o país, colocando para os patrões e o regime o pesadelo da explosão do movimento de massas. A partir daí, as divergências econômicas, que já vinham crescendo no interior da burguesia, se aprofundaram, sendo agravadas com as novas imposições do FMI (lembremos que a maioria dos patrões discordaram dos termos da nova Carta de Intenções dirigida naquele momento ao Fundo). Nesse processo, a burguesia, sentindo a incapacidade do governo para garantir a execução de qualquer plano de arrocho e para conter o avanço dos trabalhadores, se divide em torno de duas questões centrais: a resposta ao problema da dívida externa e a resposta ao ascenso dos trabalhadores, o que leva à questão crucial de que governo colocar para responder a estes problemas, ou seja, à sucessão presidencial.

Dois blocos burgueses fundamentais se constituem então. O primeiro, continuista, defendendo a manutenção intacta dos termos do FMI e também do regime militar e o segundo defendendo a renegociação ampla da dívida externa e a candidatura de consenso com as oposições, ou mesmo eleições diretas para presidente.

O primeiro bloco rapidamente se reduz ao SNI, à cúpula do PDS (sem o controle do partido) e a setores poderosos mas minoritários da burguesia e do imperialismo. Figueiredo, que tinha a ilusão de poder seguir sendo o árbitro das disputas inter-burguesas e o programa deste bloco (na verdade, sua base de sustentação), acaba por se enfraquecer a olhos vistos. O isolamento e o desgaste crescentes do governo irão se apressar nas suas grandes derrotas parlamentares (2024, Juruna, 2036 e 2045).

### O recuo do governo

Esse impasse evidente levou o próprio FMI a exigir do governo uma maior base política para o fechamento desse novo acordo. O Fundo passou claramente a condicionar o fechamento desse novo acordo à votação favorável no Congresso de um dos decretos de arrocho, ou seja, à existência de uma



política salarial de arrocho não mais sujeita às chuvas e trovoadas do parlamento burguês. A resposta de Figueiredo, aceitando por fim a busca dessa base maior de acordo político para o arrocho e chamando as oposições ao diálogo, num primeiro momento em torno dos decretos em si, para em seguida ampliá-lo às eleições diretas (e, secundariamente, à renegociação da dívida, à reforma ministerial e à reforma tributária), leva o ditador a tentar arbitrar, de fato, com o programa do segundo bloco burguês. Com isso, o general presidente quer deixar de ser apenas o líder de um setor minoritário, buscando conseguir um espaço maior para se firmar de novo como juiz reconhecido pelo conjunto da burguesia. Nessa reviravolta, os principais prejudicados, Andreazza e Maluf, somam-se em frente única pela manutenção das indiretas, contra a tática atual de Figueiredo. Este, em contrapartida, começa a obter suas primeiras vitórias reais em muitos meses (a reunificação do PDS em torno ao 2065, o reatamento do acordo com o PTB, a aprovação desse decreto, culminando por arrastar Ulysses Guimarães para a discussão com Leitão de Abreu, o que pode acontecer a qualquer momento, como admite o próprio presidente do PMDB). Em suma, **a inclusão das eleições diretas nas negociações deram um caráter qualitativamente novo ao diálogo, tornando mais próxima a possibilidade do fechamento em 84 de um grande acordo nacional que, mantendo o arrocho, busque freiar as lutas da classe em nome de sua realização.**

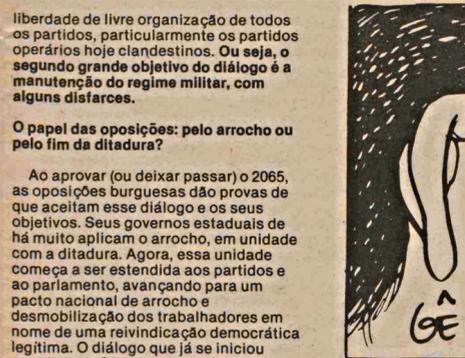
### Os verdadeiros objetivos do diálogo

Por trás de toda a negociação, de todo o diálogo, transparece cristalina a passagem do 2065. Para os trabalhadores, fica a lição de que o arrocho vai continuar, só que agora aplicado através da política de "unidade nacional". Essa "unidade" não se faz a partir do fim do achatamento dos salários. Ao contrário, os ataques aos salários tendem a aumentar (afinal, a primeira cría do diálogo é a aprovação definitiva de um decreto pior que o 2045). Mesmo com a tal "renegociação ampla da dívida", o arrocho permanecerá, para os "ajustamentos necessários", para a sacramentoção da "austeridade" exigida pelo FMI. O primeiro grande objetivo deste diálogo é a **manutenção da atual crise política econômica de arrocho.**

Mas não é o único, por certo. As eleições diretas acenadas pelo governo mantêm o poder dos altos comandos militares através de fórmulas que vão do parlamentarismo (que tira o poder do presidente da República civil), até o veto puro e simples à candidatura de "pessoas não gratas" à cúpula militar. Além disso não prevê a liberdade mais ampla de organização partidária, a

# ELEIÇÕES DIRETAS sem fome nem generais

A discussão da volta das eleições diretas para presidente da República está colocada com toda a sua força nos jornais, nos noticiários de rádio e tv, açulando o desejo de todos os trabalhadores do país de poderem, por fim, despachar para sempre os Figueiredos, os Delfins, os generais que nos exploram e reprimem. Os trabalhadores esperam que as eleições diretas signifiquem o fim desse governo anti-popular e também o fim de seus decretos de fome, de seus acordos com o FMI, da sua corrupção imoral. Esse anseio expressa o desejo de por fim a 20 anos de ditadura, de derrubar, acima de tudo, o regime militar. Mas então por que exatamente o general Figueiredo começou a baralhar a idéia de negociar as eleições diretas com os partidos burgueses de oposição, os mesmos que, através do seu voto ou da sua conivência, acabaram de aprovar no Congresso Nacional o decreto-lei 2065? Por que, de repente, Figueiredo, que defendia abertamente a Mario Andreazza e as indiretas, passa a admitir as eleições diretas; e por que o parlamento também mudou bruscamente sua postura anterior, aprovando o 2065?



liberdade de livre organização de todos os partidos, particularmente os partidos operários hoje clandestinos. Ou seja, o segundo grande objetivo do diálogo é a **manutenção do regime militar, com alguns disfarces.**

### O papel das oposições: pelo arrocho ou pelo fim da ditadura?

Ao aprovar (ou deixar passar) o 2065, as oposições burguesas dão provas de que aceitam esse diálogo e os seus objetivos. Seus governos estaduais de há muito aplicam o arrocho, em unidade com a ditadura. Agora, essa unidade começa a ser estendida aos partidos e ao parlamento, avançando para um pacto nacional de arrocho e desmobilização dos trabalhadores em nome de uma reivindicação democrática legítima. O diálogo que já se iniciou aponta para 84 como o ano de grande pacto nacional, ou melhor, da traição negociada, na medida em que os trabalhadores não estão fazendo pacto algum e nem votaram nesses partidos para salvar a ditadura em crise. A exigência da classe trabalhadora por eleições diretas não será satisfeita através da negociação dos nossos salários, da nossa fome, numa barganha expúria. Esta não foi a decisão que 12 milhões de trabalhadores, através de seus delegados, tomaram no CONCLAT. A decisão que tomamos apontou claramente o caminho da mobilização, da **Greve Geral** contra o arrocho, contra o regime, contra o FMI, por eleições diretas. Até aqui, o que têm feito os



partidos burgueses de oposição senão negociar com o regime? Quantos mobilizaram, quantas campanhas levaram às ruas para conquistar essas eleições? Eleições diretas para presidente, sem fome, sem generais, com liberdade partidária não serão conquistadas nos gabinetes ministeriais ou nas salas do parlamento e sim nas ruas, nas mobilizações vivas dos trabalhadores, na Greve Geral. Onde ficam o PMDB, o PDT e o PTB? Esses partidos têm a palavra. Ao aprovarem o 2065 já iniciaram sua traição aberta. Se não mobilizarem pela conquista de eleições diretas, se se enredarem neste pacto, consumando-o com o

regime, terão pego um caminho sem volta. A derrubada da ditadura implicará então na própria derrubada desses partidos, já que terão se convertido em meros apêndices dos generais no poder. Quanto ao PT, que tampouco tem mobilizado pela conquista das eleições diretas e que ao recuar da Greve Geral do dia 25, da mesma forma que a direção da CUT, fortaleceu objetivamente esse diálogo, agora, diante da aprovação do decreto 2065, tem diante de si a responsabilidade e o dever de retomar as bandeiras do CONCLAT e se lançar na primeira linha de batalha da classe trabalhadora, definindo, junto à CUT uma nova data para a Greve Geral.

## O desarmamento dos trabalhadores permitiu a aprovação do 2065

Na madrugada do dia 9, na calada da noite, consumou-se o primeiro grande resultado do diálogo do regime. Foi aprovado no Congresso o decreto-lei 2065, com os votos do PDS, do PTB e com a co-responsabilidade dos demais partidos, que em nenhum momento mobilizaram contra a sua aprovação, contra a política econômica do governo e que, para facilitar as coisas ainda mais para o PDS, sequer fecharam questão contrária a essa aprovação (com exceção feita ao PT, que fechou questão, mas que igualmente não mobilizou). O PMDB, por exemplo, levou sua manobra até as raízes do ridículo, marcando a reunião do Diretório Nacional para fechar questão contrária ao 2065, no dia 11, dois dias após a sua aprovação.

Tendo que apresentar ao FMI esse decreto aprovado até o dia 11, para que possa ser concluído o novo acordo com a liberação de mais 6 bilhões de dólares de créditos que irão engrossar ainda mais a dívida externa, o governo obteve nesse episódio a sua primeira grande vitória parlamentar desde o esfalecimento do seu acordo anterior com o PTB. A ditadura conseguiu reequilibrar o Congresso Nacional na execução de sua política econômica, fazendo passar — grande ironia — um decreto muito pior do que o 2024 e 2045, rejeitados anteriormente (lembremos-nos que se o famigerado 2064 tivesse o efeito cascata, também ele seria "melhor" que o, agora oficial, 2065).

Essa derrota dos trabalhadores, entretanto, não se explica só pelo diálogo das oposições burguesas com o regime. Tanto esse diálogo como a sua cría, o 2065 aprovado, só foram possíveis porque a classe trabalhadora, que agora luta heroicamente em fábricas como a FORD, a Mercedes, a Volks, no ABC, contra a aplicação ainda do 2045, do 2064 e do próprio 2065, foi desarmada e imobilizada pela suspensão da Greve Geral do dia 25. Assim como as greves de julho, principalmente a do dia 21, acabaram de explodir o velho acordo PDS-PTB, a não realização da Greve do dia 25 permitiu o restabelecimento desse acordo e o avanço rumo ao diálogo do PMDB e PDT. Essa avaliação é fundamental porque a resposta à aprovação desse decreto continua sendo a Greve Geral. Hoje continua sendo mais imperiosa do que nunca a necessidade de unificar as lutas dos trabalhadores contra a política econômica do governo, contra os seus acordos com o FMI que seguem e seguirão aumentando a miséria em nosso país. A aprovação do 2065, por exemplo, não apenas institucionaliza o mais brutal arrocho que já conhecemos, como também prepara outros maiores, ao dar sinal verde para o aumento da dívida e da subordinação do país ao imperialismo.

Todos os grandes desdobramentos da situação de crise do regime militar e de sua barbárie apontam para a necessidade da realização, o quanto antes possível, da Greve Geral que começará a derrubá-lo.

# Na linha de combate!

O avanço das lutas da classe trabalhadora não representa um pesadelo apenas para os patrões e para a ditadura. Também a pelegada sindical, empenhada em sabotar o nosso movimento a serviço da burguesia, dos acordos com o governo e da manutenção do arrocho, é golpeada violentamente com o desenvolvimento das nossas greves e mobilizações. Quanto maior estas forem, mais profunda será a experiência das diversas categorias com as suas direções traidoras. Não é por outra razão que, após as grandes greves de 79 e 80, inúmeras oposições sindicais se organizaram e muitas delas conseguiram derrubar os velhos pelegos de seus sindicatos, como ocorreu com os bancários de São Paulo em 79, metalúrgicos de Pernambuco em 81 e químicos de São Paulo e do ABC em 82. Da mesma forma, as lutas de 83, a greve do dia 21 de julho, a fundação da CUT, a preparação da Greve Geral, passando pelas greves de várias categorias como os canaveiros nordestinos, os motoristas de ônibus de Teresina, estão na raiz de um novo surto de organização de oposições sindicais combativas, anti-pelegas, pela CUT e pela Greve Geral, num processo que pode vir a ser mais profundo que o anterior.

O ano de 84 será marcado pela ocorrência de eleições em inúmeros sindicatos. Por isso mesmo, a luta por uma nova direção para o movimento sindical ganha uma importância decisiva. Esse processo é parte da luta pelo fortalecimento da CUT e pela preparação da Greve Geral. Muitos dos embriões dessa nova direção estão dados hoje pelos comandos de greve que formamos para o dia 25 e que se mantêm intervindo nas mobilizações de suas categorias. Esses comandos, as comissões de fábricas, os companheiros que reivindicam a CUT em todo o movimento sindical têm hoje na formação das oposições sindicais combativas uma de suas tarefas centrais. Nós, socialistas, também, a assumimos com entusiasmo. Por isso iniciamos neste número de **Alicerce** uma seção permanente dedicada às oposições sindicais. Estas passarão a ter nas páginas do nosso jornal um espaço garantido e livre para a divulgação de seus combates. Escrevam-nos.

Iniciamos essa seção com a divulgação da luta das oposições metalúrgica e dos motoristas de São José dos Campos e com uma matéria sobre a greve dos motoristas de Teresina, também marcada pelo avanço rumo à derrubada dos pelegos de seu sindicato.

## Eleições sindicais em São José dos Campos-SP.

metalúrgicos

**No sindicato, uma direção que nasceu das lutas**

No ano passado, os companheiros metalúrgicos de São José dos Campos, São Paulo, derrubaram após 25 anos, o pelegão que dirigia o sindicato. Com esta vitória os metalúrgicos acreditavam que a nova diretoria iria colocar o sindicato a serviço dos trabalhadores. Porém, o rumo tomado pela nova direção foi o oposto, colocando a entidade a serviço do PMDB, de Montoro e da prefeitura local. Desse modo, a atual diretoria nada fez para organizar a greve de 21/7, nem preparou a greve do dia 25, antes da sua suspensão, assim como não participou da resistência dos metalúrgicos da Embraer contra as demissões ali ocorridas. Omitiu-se das lutas dos trabalhadores, impedindo a ampliação da sua organização e consciência.

Apesar da categoria não possuir uma direção sindical que encaminhe de fato suas lutas, estas ocorreram. Na prática, os companheiros que participaram dessas lutas criaram uma outra direção que hoje se representa na chapa 2. Esta é composta pelos companheiros que se destacaram nas lutas, como Toninho da Embraer, ao lado de um setor petista da atual diretoria.

A chapa 2 surge, portanto, como uma alternativa de combate, pela CUT e pela Greve Geral para o conjunto da categoria. O fato de atual presidente do sindicato e candidato à reeleição pela chapa 1, Ari Russo, ser membro da Executiva Nacional da CUT, por certo poderá confundir vários ativistas, empenhados na construção, em São José, da nossa Central. No caso de Ari Russo, a sua condição de dirigente da CUT, serve para esconder o seu verdadeiro papel que é o de servir à política do PMDB e de Montoro, como demonstrou sua atuação no sindicato. A defesa necessária e obrigatória da CUT em São José passa, portanto, pela vitória da chapa 2, que a constrói na luta, contra a conciliação, conforme decisão do CONCLAT. Não podemos confundir um cargo de diretoria (mesmo sendo da CUT) com a política real e concreta que um dirigente leva na prática. Ari Russo não defende a política da CUT e na prática a combate. Votar na chapa 2 é votar pela CUT, pela Greve Geral, pelo fim da ditadura militar e seus planos de destruição dos nossos salários.

motoristas

**Aqui, o pelego, tem data marcada para cair**

Nos dias 3 e 4 de novembro realizaram-se em São José dos Campos as eleições para o sindicato dos motoristas. Esse sindicato é controlado há 17 anos por um super pelego que jamais fez outra coisa senão traír os trabalhadores, submetidos ao arrocho, às pressões e arbitrariedades dos patrões. A luta da oposição começou com as dificuldades que a chapa encontrou para garantir a realização da eleição e não ocorrência de fraudes. Na empresa São Bento, por exemplo, o advogado da patronal, junto a capangas armados, impediu a entrada das urnas na firma, obrigando a oposição a obter uma mesa emprestada de um morador das vizinhanças para instalá-las no meio da rua.

Em que pese a combatividade da chapa de oposição, a importante ajuda da chapa da oposição metalúrgica e a disposição de luta dos motoristas, o 1º escrutínio não obteve quorum por uma diferença de 100 votos. Isto obriga a realização de um 2º escrutínio nos dias 16 e 17. **Contra todas essas dificuldades, o ânimo de luta é elevado, fato comprovado pela vitória da oposição nesse 1º escrutínio invalidado. Esta vitória deverá ser confirmada nos dias 16 e 17 recolocando após 17 anos, uma diretoria de combate, pela CUT no sindicato dos motoristas.**

## motorista de ônibus de Teresina -PI

### A revolta explodiu em greve

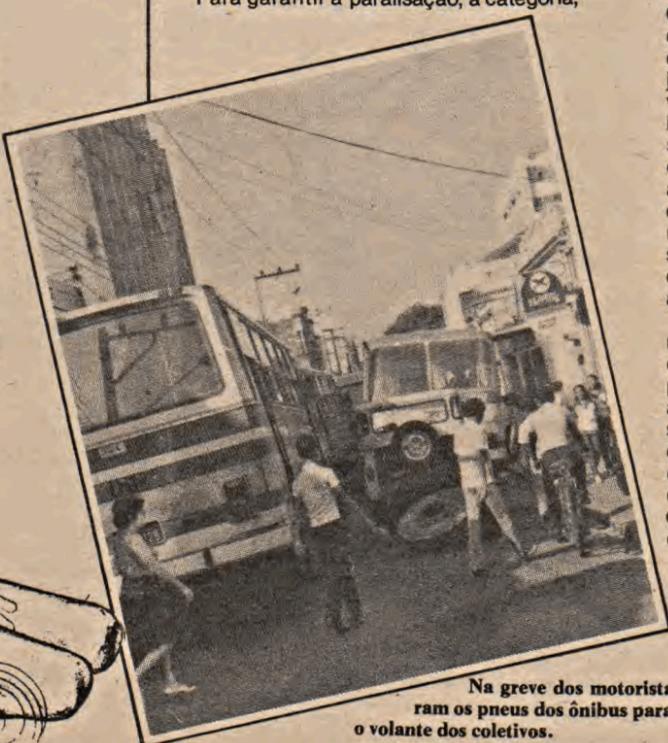
Qualquer trabalhador que ganhe um salário semanal de 10 mil cruzeiros e que tenha de trabalhar uma média de 16 horas diárias, só pode estar à beira da explosão mais violenta.

Pois esta explosão tomou conta de Teresina, capital do Piauí, na semana passada, quando os motoristas de ônibus decidiram parar a cidade em greve contra esse salário e essa jornada de trabalho infames. Revoltados, os trabalhadores reivindicam um piso salarial de 3 mínimos atuais, 8 horas de trabalho diário, com no máximo 2 horas extras, abolição do "desconto-cobrador" (os ônibus podem ter em cada viagem um máximo de 20% dos passageiros pagando meia passagem, sendo que o que ultrapassar esse limite será descontado no salário dos cobradores). Os motoristas e cobradores dizem que não é justo darem um lucro diário de 4 milhões de cruzeiros para os empresários manterem suas vidas de reis, enquanto os trabalhadores vivem com suas famílias em favelas no Itararé (bairro pobre de Teresina).

Para garantir a paralisação, a categoria,

além de ter formado um comando de greve com aproximadamente 25 companheiros, dispostos ao que der e vier, organizaram piquetes massivos para paralisarem os ônibus. Os motoristas tiveram nessa luta o apoio da população de Teresina e desmoralizaram a diretoria pelega do seu sindicato, mais preocupada em receber propina e em conchavar com os empresários do que em lutar ao lado da categoria contra a super exploração. Todos os motoristas das 8 empresas de transporte coletivo da capital entraram em greve, despertando violenta reação dos patrões. O dono da empresa EMTRACOL, por exemplo, deu ordem aos seus capangas para espancar qualquer grevista que lhes caísse nas mãos. Dito e feito. Um grevista foi barbaramente espancado pelos jagunços, sendo removido ao hospital em estado de coma, com o corpo coberto de hematomas. Os empresários, acobertados pela LSN, distribuem armas aos seus capangas para combater os ativistas e os piquetes. Completando a ação dos jagunços, entra em cena a polícia. Até a imprensa é atingida pela selvageria policial. O jornalista Efreim Ribeiro foi preso, espancado e torturado no dia 3, por agentes do DEOPS, quando fazia a cobertura jornalística da greve. Mas, apesar de toda a violência policial e patronal, a greve se impôs, ganhando o apoio ativo de outros setores. Na Universidade Federal do Piauí, os estudantes apreenderam 4 ônibus e ameaçam fazer o mesmo com todos os demais que, furando a greve, ousarem entrar no campus universitário. Além disso, segundo o presidente do DCE, caso a polícia decida invadir a Universidade, os 4 ônibus apreendidos, também serão destruídos.

De um lado, os trabalhadores passaram, na luta, a levantar uma outra bandeira central: a destituição imediata do presidente pelego do sindicato, Francisco Calado, que acumula cargo no INAMPS, tendo no sindicato apenas mais um cabide de emprego. Ou seja, na grande mobilização começa a surgir o embrião de uma direção combativa para a categoria, expressa no comando de greve, que deverá se organizar com vistas à derrubada da diretoria pelega e à conquista do sindicato para os trabalhadores e suas lutas.



Na greve dos motoristas de Teresina, estes até retiraram os pneus dos ônibus para os pelegos não assumissem o volante dos coletivos.

## Sem canal para se expressar, a revolta das massas explode em semi-insurreições

A última semana de outubro em São Paulo foi marcada pela ocorrência de semi-levantes de trabalhadores revoltados com os atrasos dos trens que ligam o subúrbio à capital, envolvendo pelo menos 20 mil pessoas. Nesse processo, 5 estações ferroviárias foram destruídas e um bairro inteiro, Ermelino Matarazzo, na zona leste da capital, foi depredado e saqueado pela multidão revoltada. No dia 24, um atraso de 45 minutos na saída dos trens da estação de Ermelino Matarazzo, no horário crítico das 6 às 7 horas da manhã, levou 5 mil pessoas à depredação do bairro, após terem destruído a estação e 3 composições inteiras. A chegada da polícia deflagrou uma luta frontal onde a repressão foi literalmente derrotada, com 3 viaturas incendiadas. Cinco dias após, a explosão ocorreu na zona oeste, quando, também por atrasos, 6 mil trabalhadores transformaram a estação do Jaraguá em escombros fumegantes, incendiando 2 composições de 12 vagões cada. Aqui a repressão tentou intervir com 200 homens que foram rechaçados pela fúria da mobilização. A polícia só conseguiu intervir quando o movimento já havia se esvaziado. E, em cadeia a explosão de Jaraguá estendeu-se por duas outras estações, as de Caieiras e Perus, onde respectivamente 5 mil e 2 mil passageiros também destruíram tudo ao seu alcance. Por fim, no dia 1/11, novamente em Ermelino Matarazzo, mais 6 vagões foram pulverizados por 2 mil manifestantes, apesar do forte policiamento preventivo determinado pelo governador Montoro. Como não podia deixar de ser, o governo do Estado viu nessas semi-insurreições apenas o produto da ação de sabotadores da democracia. Ou seja, tentando mascarar mais uma vez a fome e a revolta das massas exploradas contra o arrocho que ajuda a aplicar e buscando justificar suas medidas de repressão, o sr. Montoro insinua que os levantantes decorrem de ações organizadas, planejadas. Nada pode soar mais falso. Esses quebras, que são bastante diferentes daqueles que nos últimos anos têm ocorrido periodicamente em função dos atrasos e mau funcionamento dos trens, exatamente porque assumem proporções semi-insurrecionais, enfrentando e derrotando a própria polícia, são decorrência do desespero e da desorganização dos trabalhadores. Ao não terem sua revolta canalizada para uma luta organizada contra o arrocho e contra a ditadura, as massas se manifestam através de quebras, de depredações, de saques. Só a Greve Geral poderá apontar essa via de luta organizada e poderosa, ao unificar as mobilizações das fábricas, escolas, locais de trabalho e bairros populares num único movimento contra o regime militar. Essas explosões servem de alerta às direções da CUT e do PT, as únicas organizações dos trabalhadores que podem hoje chamar à Greve Geral. Se não o fizerem, estarão condenando o movimento de massas neste país a consumir o melhor de sua disposição de luta, de sua energia para o combate em ações de desespero, poderosas na sua violência e revolta, mas sem norte, sem apontar contra a causa da fome e da superexploração.

## Uma nova data para a

# GREVE GERAL

A direção nacional da CUT se reúne neste fim de semana em Goiânia. Na pauta, a avaliação do dia 25 e o próximo passo a ser dado pela CUT. Este próximo passo pode ser dado no sentido da Greve Geral. É o que se pode depreender da revolta dos



trabalhadores e da população nos quebras de São Paulo e nas greves deste momento, como a dos sapateiros de Novo Hamburgo. Os metalúrgicos do ABC também em greve (ainda que fábrica por fábrica) podem generalizar sua luta para toda a região e pelo restante do país, a um chamado da CUT. Trata-se da vanguarda indiscutível dos trabalhadores brasileiros que retoma o cenário da luta e que pode ser a mola propulsora da Greve Geral. A marcação de uma nova data para a Greve Geral é a resposta à aprovação do 2065, ao arrocho salarial, ao desemprego, à ditadura dos militares e do FMI. É a resposta que pedem, expressando estes sentimentos diversos, reuniões de base da CUT, como as plenárias de Manaus, de Contagem (Minas Gerais), zona sul e Penha (São Paulo).

Se a direção da CUT não responder a estas necessidades, mais uma vez, como ocorreu com a suspensão da Greve do dia 25, estará deixando a luta dos trabalhadores sem alternativa, e, objetivamente, também deixando que o diálogo das oposições burguesas se fortaleça. O "CONCLAT" da Praia Grande, se alimentou desse diálogo e do erro da direção da CUT pela suspensão da Greve. A direção da CUT pode retomar a ofensiva, marcando a nova data para a Greve Geral. Mais uma vez, com a palavra, a direção da CUT.

### Praia Grande

## Os pelegos consumaram a divisão dos trabalhadores

No último número do nosso jornal, dissemos que o CONCLAT da Praia Grande, promovido pelos pelegos nos dias 4, 5 e 6, seria o CONCLAT do Diálogo. Acertamos. Os pelegos apontaram como alternativa à Greve Geral a discussão de projetos de lei a serem encaminhados ao parlamento e não formaram sequer a sua central nacional, preferindo ficar no meio termo de uma "Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora" (também CONCLAT, para confundir), para não se chocar com o governo.

### Um congresso burocrático e bem menor do que esperavam

Os pelegos esperavam um congresso de 8 a 9 mil delegados, que pudesse ofuscar aquilo que foi o verdadeiro CONCLAT, realizado em S. Bernardo, que rechaçaram, por não aceitar a CUT e a Greve Geral. No entanto, o congresso da Praia Grande foi menor, como podemos ver no quadro ao lado. Tinha menos delegados e, se contou com um número um pouco maior de entidades, entre estas prevaleciam os pequenos sindicatos, fazendo com que no conjunto sua base representativa fosse também menor que a do CONCLAT que fundou a CUT. A outra diferença entre um congresso e o outro está na participação dos

delegados de base, proporcionalmente muito menor que a de delegados de diretorias neste, da Praia Grande. O CONCLAT de São Bernardo, com uma vanguarda vibrante, fez o pavilhão da Vera Cruz tremer ao som das palavras de ordem. Já o da Praia Grande era apático, e as claqueas do PC do B e do MR-8 (as mais ativas) não conseguiam empolgar os delegados, que se limitavam a votar. Na verdade, a vanguarda das greves, do dia 21 de julho não estava neste "CONCLAT" e sim no de S. Bernardo.

### Em vez da Greve Geral, discutir projetos de lei

Um calendário meticuloso para a discussão de projetos de lei foi a grande proposta dos pelegos para tentar canalizar o movimento de massas para o parlamento, o mesmo que aprovou o 2065. Até maio de 84, conferências em cada sindicato, no final do 1º semestre Congresso em cada Estado e, no 2º semestre, uma conferência nacional para discutir projetos de lei. Percebendo que esta manobra seria vergonhosa demais para ser aceita pelos trabalhadores, os pelegos introduziram um adendo a esta proposta. Este adendo determina um "estado de mobilização permanente", que constará de "manifestações e atividades", podendo até

mesmo "se for necessário" ir à "Greve Geral". Ou seja, uma saudação à bandeira para mascarar a resolução central, a dos projetos de lei, exatamente para não ir à Greve Geral. Não poderia ser de outra maneira, porque o "diálogo" não permite outra alternativa. Pelo mesmo motivo, os pelegos aprovaram, como alternativa para a dívida externa, a moratória. O CONCLAT de S. Bernardo defendeu o não pagamento da dívida externa, a única alternativa para escaparmos à fome.

### O racha materializou-se: nasceu a "CONCLAT"

Os pelegos necessitavam de um organismo que pudesse aglutinar suas forças, se transformando em interlocutor válido para o governo, se contrapondo à CUT. Mas não podiam formar uma nova central porque isto fere o "diálogo". Daí resultou uma combinação estranha, algo intermediário entre a sua tendência anterior, a "Unidade Sindical", e uma verdadeira central. Saiu então a "Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora", a "CONCLAT", a materialização da divisão dos trabalhadores, provocada pelos pelegos. Esta "CONCLAT" tem em sua direção as Confederações e Federações nacionais, além de 83 entidades indicadas no congresso. O destaque dado aos arqui-pelegos das Confederações e Federações é consequente com a política de atrelamento ao aparelho de Estado. Não por acaso, o ministro do trabalho, Murilo Macedo, ao comentar o "CONCLAT" pelego, lançou um conselho aos trabalhadores: "continuem dentro da lei, prestigiando o que é a evolução do processo democrático vigente, ou seja, as confederações e federações".

### CUT x "CONCLAT"

Na verdade, este congresso é também a expressão da crise dos pelegos. Ivan Pinheiro, uma das "estrelas" desse congresso e dirigente do sindicato dos bancários do Rio, não chamou sequer uma assembleia da categoria para votar a sua presença no "CONCLAT", porque sabia que iria perder feio. A crise dos pelegos só não é

maior graças à direção da CUT que não realizou a Greve Geral do dia 25, que, se realizada, levaria ao esvaziamento de seu congresso. Agora, a direção pelega e stalinista está apostando no esvaziamento da CUT, com o desgaste do dia 25. Por isto não aceitaram as propostas de um "congresso de reunificação", levantada pelo PC do B. Estão esperando a destruição da CUT e sua absorção pela sua "CONCLAT".

Nós, da CUT, não podemos simplesmente ignorar os sindicatos dirigidos pelos pelegos, que reúnem milhões de trabalhadores. Seria aceitar a divisão dos trabalhadores dando aos patrões e a esses mesmos pelegos uma grande vitória. Também não podemos aceitar a política de desmobilização desses burocratas e, muito menos, a absorção da CUT pela "CONCLAT". O que fazer, então? Em primeiro lugar, levantamos bem alto as bandeiras da CUT, particularmente a Greve Geral, votada no CONCLAT. Em torno à preparação da Greve Geral, deveremos chamar a todos os sindicatos (inclusive a estes, da "CONCLAT"). Se eles estão contra o 2065 como afirmam, se estão contra o desemprego, a favor de eleições diretas, por que não organizar conjuntamente a Greve Geral, a única forma de conseguirmos a satisfação dessas reivindicações? Seguramente, os pelegos não aceitarão esta proposta, mas poderemos levá-las às suas bases, de forma unitária. Da mesma forma, devemos propor um congresso de base com a participação de todas as correntes para o ano que vem, quando está previsto o Congresso da CUT. Assim, aplicamos de fato a luta pela unidade dos trabalhadores brasileiros. Junto ao chamado à unidade, continuaremos a chamar os sindicatos a aderirem à CUT, a verdadeira Central Única dos Trabalhadores.

CONCLAT	Nº delegados	Del. base	Del. diretoria	entidades	Trab. representados
S. Bernardo	5059	65%	35%	912	12.192.849
P. Grande	4248	45%	55%	1256	9.504.509



## CONEG DA UBES Por um Congresso da UBES em maio, que concretize a aliança operário estudantil

Após um longo e tenebroso inverno, finalmente os secundaristas poderão realizar o seu Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG). Este Coneg, adiado por duas vezes pela diretoria da UBES, tem um papel fundamental para o movimento e deverá cumprir duas tarefas centrais: marcar o posicionamento dos estudantes diante da brutal crise que envolve o país (e as formas de combatê-la) e definir a data do novo Congresso da UBES.

O Coneg se realizará no momento em que o governo acaba de fazer passar o pior de seus decretos de arrocho, o 2065. Aceito este decreto, a ditadura tem as mãos livres para assinar os novos acordos com o FMI, que significar ainda mais arrocho e miséria. É neste março que os estudantes secundaristas têm que se armar para, junto aos trabalhadores, derrubarem os decretos de fome e a ditadura e poderem avançar na satisfação das suas reivindicações centrais como, por exemplo, um ensino público e gratuito para todos. Para atingirem este objetivo, os estudantes devem se armar com um programa anti-ditatorial, anti-imperialista e abraçar a defesa da Greve Geral ainda para este ano. A exigência de eleições livres e diretas para presidente, o fim dos acordos com o FMI, o fim do 2065 e de toda a atual política econômica, o não pagamento da dívida externa, o fim dos aparatos e leis de repressão são pontos fundamentais a serem aprovados. Mas um programa de combate não será muito útil se estiver dissociado da forma de luta adequada. Por isso, a realização da Greve Geral ainda neste ano é necessária. Propomos que a UBES defenda junto à CUT que esta defina, com a Comissão Nacional da Classe Trabalhadora, criada na Praia Grande, a marcação, ainda neste ano, de uma data para a realização da Greve Geral contra o arrocho, pela derrubada da ditadura e pela convocação de eleições livres e diretas, entre outras reivindicações.

Além disso, a defesa no Coneg, da democracia interna do movimento secundarista adquire destaque. A forma

burocrática como a diretoria da UBES vem conduzindo a entidade, o adiamento dos Conegs anteriores é uma prova disso, ameaça seriamente o desenvolvimento da organização e da consciência dos secundaristas. Para que esta situação seja revertida, é de suma importância que este Coneg marque desde já a realização de um Congresso da entidade. Este Congresso permitirá que milhares de estudantes possam discutir a situação nacional e seus problemas específicos, fortalecendo o movimento e suas lutas. A defesa da realização em maio de um novo Congresso da UBES é tarefa de todos os que defendem a democracia interna do movimento e dizem combater a direção burocrática da UBES. Neste Congresso deverá ocorrer também a mudança dessa direção, de modo a garantir a democracia, já que o mandato da atual gestão termina em abril.



Fernando Ibsi

## eleições da UPES e UMES

### Na vitória de Alicerce, a continuidade da luta contra a ditadura

Com a inscrição de 467 escolas de todo o Estado para as eleições da UPES e de duzentas para as da UMES, os estudantes secundaristas de São Paulo realizarão as maiores eleições da história recente destas entidades. Apesar desta participação não abarcar nem a metade das escolas e da totalidade dos estudantes secundaristas do Estado e da capital, ela é muito maior que a verificada nas últimas eleições. Isto vem demonstrar que o balanço positivo feito nos Congressos das duas entidades se confirmou completamente. Só é possível explicar o aumento significativo da quantidade de escolas, à luz das lutas travadas pelas diretorias das duas entidades, pelo incentivo à criação de

novas entidades municipais tanto na grande São Paulo como pelo interior do Estado, pelo posicionamento firme ao lado dos trabalhadores, participando das suas lutas, como ocorreu na greve do dia 21 ou defendendo as suas conquistas como a CUT. A direção de Alicerce se expressou também na solidariedade aos trabalhadores de todo mundo, na luta compra a opressão burocrática em defesa do Solidariedade e contra a ditadura de Jaruzelsky na Polônia, na defesa da guerra do povo palestino contra os assassinos de Israel, no apoio incondicional à luta dos povos da Nicarágua e El Salvador e agora na defesa de Granada contra a invasão yanque. Esta postura marcou o caráter operário e popular da ação política da UPES e UMES, traduzindo o anseio de milhares de jovens que desejam se libertar de toda opressão e miséria a que estão submetidos. As prisões de vários companheiros das direções da UPES e da UMES nas mobilizações de escolas ou no apoio à luta dos trabalhadores e desempregados, demonstram que esta postura jamais foi abandonada, mesmo diante da repressão da ditadura e do seu sócio menor, Montoro. A liberdade conseguida para entrar nas escolas no período dos Congressos e agora, durante as eleições, atestam este trabalho. Uma nova vitória de Alicerce nas eleições secundaristas de São Paulo representará a manutenção da UPES e das UMES como sindicatos de combate pela vitória das lutas estudantis, ao lado dos trabalhadores e suas lutas, no Brasil e no mundo.

## No ABC, duas novas sedes socialistas

Esta semana mais duas sedes serão abertas no ABC. Este é mais um impulso para nossa campanha para chegar a 65 sedes. Em Mauá e em São Bernardo (onde estivemos provisoriamente sem sede) nossas sedes socialistas serão verdadeiras casas operárias (veja os endereços na pág. 2), abertas aos combatentes do movimento operário, às centenas de ativistas que dirigiram as greves, aos companheiros da juventude secundarista que fundaram recentemente três UMES na região (em Santo André, São Bernardo e Diadema). A tradição da região como vanguarda do movimento operário e popular foi acompanhada em todos estes anos pela tradição de Alicerce junto às lutas dos trabalhadores (nossa sede em Santo André comemorou recentemente 4 anos de existência). Agora, já que contamos com 6 sedes no ABC estamos com mais possibilidades de difundir as idéias do socialismo e de colocar estas sedes a serviço da luta dos trabalhadores da região.

Cada vez mais companheiros nos perguntam como abrir novas sedes, já que muitos outros que estão se aproximando agora querem ver como abrir uma sede provisória. É preciso ver que a abertura de novas sedes está estreitamente ligada ao aumento da venda dos jornais na sua região. O aumento da venda é o que permite que Alicerce passe a ser conhecido por muitos companheiros da região, estudantes, trabalhadores e moradores em geral. Só assim é que podemos aumentar o número de companheiros que participam das atividades e reuniões de Alicerce e contribua para sustentar financeiramente a sede.

## Nos 9 mil jornais, a expansão das idéias do socialismo

Companheiros, o Alicerce da Juventude Socialista lançou duas campanhas plenamente vitoriosas. A mais importante delas foi a de formação dos núcleos de leitores e vendedores de jornal que organizou centenas de novos leitores socialistas e permitiu que alcançássemos uma das maiores vitórias dos socialistas revolucionários no país que foi a saída do nosso jornal semanal. Todos vocês participaram conosco destas campanhas e são responsáveis em grande parte por este êxito.

No entanto, nosso chamado vem no sentido de integrar todos os companheiros que participaram conosco das campanhas anteriores à nossa campanha atual, de aumento de vendagem do nosso jornal para 9.000 exemplares. Chamamos todos os companheiros que participam dos núcleos de discussão e venda do jornal, todos os que estiveram conosco na preparação da Greve Geral do dia 25 e que concordaram com nossas críticas à direção da CUT pela desmarcação da greve, todos os nossos leitores que acompanham semanalmente nossa luta pelo crescimento do socialismo revolucionário em nosso país e no mundo, a e se integrem à nossa campanha e se somarem ao nosso esforço para aumentar a venda do "Alicerce".

Muitos companheiros pensam que devemos vender nosso jornal só para algumas pessoas porque são os que podem compreender as discussões sobre os grandes temas do socialismo e sobre os problemas nacionais. Estes são aqueles que discutem o nosso jornal regularmente. Nós não pensamos assim, acreditamos que é o dever de todos os socialistas fazer com que nossas idéias cheguem ao maior número de pessoas que queiram escutá-las, mesmo que não as entendam todas ainda. Em nossa opinião todo companheiro que lê o nosso jornal, começa a refletir sobre o que se passa em nossa sociedade capitalista, sobre o que acontece em sua própria vida, no trabalho, na escola, e a partir daí começa a ser também um divulgador das idéias socialistas,



mesmo que seja apenas falando com um amigo ou alguém da sua família. Por isto consideramos todos os nossos leitores como lutadores socialistas e os chamamos sempre a se tornarem lutadores conscientes se integrando à nossa campanha e a divulgarem o jornal. Por isto lutamos para aumentar o número de jornais vendidos, porque julgamos que existem centenas de ativistas, de combatentes do movimento operário e popular, que adeririam às idéias do socialismo se as conhecessem. Cabe a nós, socialistas, fazer com que estas idéias cheguem a eles.

Nossa campanha atual, ao contrário da campanha de núcleos, está estagnada. O aumento de venda do jornal é muito pequeno. Este chamado é dirigido a todos vocês para mudar esta situação. Vamos fazer da campanha de aumento da venda dos jornais um êxito tão grande como a campanha dos núcleos. Mãos à obra companheiros.

## FESTAS em 19 de novembro

CAMPINAS  
Comemoração dos Alicerceanos  
que trabalharam nas  
eleições da UPES.  
R. Barão de Jaguara, 1385 - Centro

BARREIRO/BELO  
HORIZONTE  
Rua Hoffman, 5-B  
(esq. com a  
R. Olinto Meireles)

